

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC BRUNO LUIS FERREIRA PIMENTEL

A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
uma tendência Mahaniana ou a adoção do conceito A2/AD?

Rio de Janeiro

2022

CC BRUNO LUIS FERREIRA PIMENTEL

A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
uma tendência Mahaniana ou a adoção do conceito A2/AD?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus pela sua misericórdia e por me sustentar em todos os momentos de minha vida.

À minha esposa, Ana Carolina Fiorese e à minha filha, Maria Vasserman Pimentel, pela paciência ao compreenderem minha abnegação e ausência durante a produção dessa dissertação.

Aos meus pais, Paulo Roberto Pimentel e Soemi de Sousa Ferreira Pimentel, pela disponibilidade, dedicação e educação que me ofereceram ao longo da vida.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Tito, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, e pela forma profissional e amigável que me dispensou ao longo desse trabalho acadêmico.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no aperfeiçoamento pessoal e profissional.

RESUMO

O recente protagonismo da República Popular da China (RPC) no cenário internacional tem raízes nas transformações iniciadas por Deng Xiaoping na década de 1980, quando reorientou a nação para um modelo de desenvolvimento nacional que elegia o comércio marítimo como elemento chave. Observamos, ao longo desta pesquisa, um período de transição do seu Poder Naval que busca acompanhar as novas diretrizes políticas desde a década de 1980 até a atualidade. Os dias atuais revelam sua marinha com uma postura segura e assertiva no Mar do Sul da China (MSC), região de destacada relevância geopolítica e econômica. Assim, visando melhor interpretar o pensamento naval chinês, decorrente do desenvolvimento do Poder Nacional e alinhado com as diretrizes políticas da RPC, o objetivo desta pesquisa foi verificar se a estratégia naval chinesa no Século XXI é baseada na estratégia naval clássica Mahaniana, destacando as similaridades e singularidades entre ambas, assim como analisar se essa primeira possui identificação com o conceito de *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD). Para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho apoiou-se nos fundamentos do pensamento estratégico de Alfred Tayer Mahan e sua visão sobre o desenvolvimento do Poder Marítimo, analisando a influência do MSC na evolução da estratégia naval chinesa no Século XXI, sendo necessário para isso recorrer ao início do período de transição, a década de 1980. Outrossim, destacamos a utilização do modelo teórico de Sam J.Tangredi que define os elementos fundamentais da estratégia A2/AD, permitindo a comparação com a estratégia naval chinesa buscando pontos de aderência.

Palavras-chave: República Popular da China. Anti-Acess/Area-Denial. Estratégia Naval. Mar do Sul da China. Mahan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação das localidades do continente Africano favorecidas com a construção de portos, infraestrutura portuária ou financiamentos e investimentos voltados para esse fim.....	56
Figura 2 - Representação do território chinês posicionado em meio as maiores Linhas de Comunicações Marítimas mundiais.....	57
Figura 3 - Construção de aeródromo e militarização na Ilha Woody, no MSC.....	58
Figura 4 - Construção de aeródromo e militarização do Recife Subi, no MSC.....	58
Figura 5 - Construção de aeródromo e militarização do Recife Mischief, no MSC.....	59
Figura 6 - Construção de aeródromo e militarização do Recife Fiery Cross, no MSC.....	59
Figura 7 - As duas cadeias de ilhas e as maiores bases dos EUA no Pacífico Ocidental	60
Tabela 1 - Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 -	Antiacesso
A2/AD -	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD -	Negação de área
ASAT -	Antissatélite
ASBM -	<i>Anti-ship Ballistic Missile</i>
ASCM -	<i>Anti-ship Cruise Missile</i>
ASEAN -	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CAM -	Controle de Área Marítima
C4ISR -	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
DoD -	<i>Department of Defense</i>
EUA -	Estados Unidos da América
GPS -	<i>Global Positioning System</i>
IRBM	<i>Intermediate Range Ballistic Missile</i>
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas
MSC -	Mar do Sul da China
OBOR -	<i>One Belt One Road</i>
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB -	Produto Interno Bruto
PLAN -	<i>People's Liberation Army Navy</i>
RPC -	República Popular da China
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ALFRED TAYER MAHAN E A INFLUÊNCIA DE SUA TEORIA.....	11
2.1	FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE MAHAN.....	13
2.2	DESENVOLVIMENTO DO PODER MARÍTIMO E PROTEÇÃO DAS LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS	16
3	REPOSICIONAMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) COMO ATOR GLOBAL E AS IMPLICAÇÕES NA ESTRATÉGIA NAVAL	19
3.1	A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA	23
3.2	FINS, MÉTODOS E MEIOS DA “FAR SEAS OPERATIONS” E A PERCEPÇÃO ESTADUNIDENSE	29
3.3	MAR DO SUL DA CHINA (MSC)	32
4	A ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA “A2/AD”	35
4.1	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESTRATÉGIA A2/AD	38
4.2	MEIOS NECESSÁRIOS AO ATINGIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA A2/AD	40
5	CONFRONTO ENTRE A ESTRATÉGIA CLÁSSICA MAHANIANA E A ESTRATÉGIA DA RPC	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXOS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O despertar do novo milênio revela o ressurgimento da República Popular da China (RPC) como um Estado de protagonismo crescente. Destarte, o “sonho Chinês”, conceito político-estratégico formulado pelo líder do Partido Comunista chinês Xi Jinping (1953-), a partir de 2012, representa o rejuvenescimento da nação chinesa, ou seja, tem a intenção de tornar a nação próspera, confiante internamente e influente no cenário internacional.

Para Holmes e Yoshiara (2008), o colapso da União Soviética, em 1991, possibilitou que a RPC tivesse diminuída uma fonte de tensão regional, em virtude do histórico de crises entre ambos os países. Desde então, apesar da preocupação com suas fronteiras terrestres divididas com a Índia e com o Afeganistão, e da desconfiança em relação à Rússia, a relevância de suas fronteiras marítimas mostrar-se-ia como primordial na consecução político-estratégica do “sonho Chinês”.

No período compreendido entre os anos de 1980 e 2017, a RPC obteve um extraordinário crescimento econômico. Nesse período, seu Produto Interno Bruto (PIB) saltou de US\$ 55 bilhões para US\$ 12,35 trilhões, acompanhando a elevação do seu comércio exterior - majoritariamente proporcionado por trocas comerciais marítimas -, que no mesmo período aumentou de US\$ 20 bilhões para US\$ 4 trilhões (RPC, 2022). Essa transição foi seguida por uma reestruturação de sua estratégia marítima e, naturalmente, de sua componente, a estratégia naval.

O aumento da demanda por matérias primas e recursos energéticos necessários à manutenção do crescimento econômico levou a RPC a voltar sua atenção para os oceanos. Soma-se a isso o fato de ser a maior exportadora mundial. Alta oferta e baixo custo de mão de obra proporcionam uma vantagem competitiva no mercado internacional. Trocas

comerciais, de *commodities* a produtos de tecnologia sofisticada, praticadas com a África, com o Oriente Médio, com a Europa e com as Américas, são de extrema relevância para a conservação da riqueza atingida e do bem estar de 1.4 bilhão de pessoas.

O almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914) afirmava, já no século XIX, existir uma profunda influência do comércio marítimo sobre a riqueza e a força das nações. Segundo Mahan, o Estado deveria agir para proteger e controlar as rotas marítimas, chave para a acumulação de riquezas e para o desempenho de protagonismo no âmbito mundial. Determinados preceitos de Mahan aparentam ser utilizados atualmente pela RPC no atendimento de suas necessidades em seu entorno considerado estratégico, com destaque para o MSC.

Nesse sentido, buscando levantar os aspectos geopolíticos e econômicos que envolvem a magnitude da região do MSC no contexto internacional, este trabalho tem por propósito verificar, utilizando como metodologia de pesquisa a bibliográfica-documental, se a estratégia naval chinesa no Século XXI possui identificação com o conceito de *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), bem como identificar as suas similaridades e singularidades com a estratégia naval clássica Mahaniana.

Assim, coloca-se a seguinte questão de pesquisa, visando balizar o estudo: em que medida a estratégia naval chinesa no Século XXI, sob a ótica do *Anti-Access/Area-Denial*, tem aderência à estratégia naval clássica de Mahan?

A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade da verificação da correspondência entre o conceito de *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD) e a estratégia utilizada atualmente pela RPC na busca de similaridades e singularidades com a teoria Mahaniana, o que poderá subsidiar a formulação de futuras estratégias navais, inclusive do nosso país.

Para atingir o propósito mencionado, o trabalho está estruturado em seis

capítulos, incluindo a Introdução. No segundo capítulo, abordaremos o pensamento estratégico de Mahan, o desenvolvimento do Poder Marítimo e sua visão sobre a proteção das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM). Para este feito, utilizaremos como principal fonte de consulta, a obra de sua autoria *“The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783”*.

No terceiro capítulo, apresentaremos a evolução da estratégia naval chinesa rumo às “águas azuis”, a importância geopolítica e geoestratégica do MSC e os principais atores a interagir na região. No capítulo, nos apoiaremos, primariamente, na obra *“Red Star over the Pacific”*, de 2018, de Toshi Yoshihara (1972-) e James R. Holmes (1965-).

No quarto capítulo, versaremos sobre o conceito de Estratégia *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), apresentando seus elementos fundamentais e características. Utilizaremos, essencialmente, como fonte de consulta, a teorização de Sam J. Tangredi (1956-) na obra de sua autoria, *“Anti-access warfare: countering A2/AD strategies”*, de 2013.

No quinto capítulo, realizaremos uma comparação entre a estratégia naval clássica Mahaniana e a estratégia naval chinesa no Século XXI. Por fim, no último capítulo, manifestaremos as considerações finais acerca do trabalho, visando responder a questão de pesquisa proposta, por meio de um estudo analítico.

2 ALFRED TAYER MAHAN E A INFLUÊNCIA DE SUA TEORIA

O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840–1914) foi um notável oficial da Marinha estadunidense que, apesar de ser considerado mediano como homem do mar, notabilizou-se como historiador e como um dos mais conhecidos teóricos das estratégias marítima e naval. Sua inabilidade em manobras marinheiras no início da carreira era compensada por sua capacidade de compreensão e clareza na percepção de problemas, que o faziam se distinguir entre os pares pela inteligência acima da média. Em 1884, sua designação para a recém-criada Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos da América foi um ponto de virada em sua carreira (ALMEIDA, 2009). No final do Século XIX e início do Século XX, escreveu livros que estabeleceram sua reputação e influenciaram políticas de governos de sua época. Suas fundamentações conceituais permanecem atuais e suscitam debates ainda hoje, mais de cento e cinquenta anos após a sua morte.

Sua principal obra, *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*, publicada em 1890, inicialmente teve baixa tiragem e suas vendas nos Estados Unidos da América ficaram aquém do considerado satisfatório. Imprevisivelmente, o livro alcançou avaliações extremamente favoráveis na Inglaterra em razão de ser percebido como uma afirmação do Poder Marítimo britânico. Três anos após a primeira publicação, já em 1893, visitou a Inglaterra, onde foi homenageado, e recebeu uma alta congratulação da família real, a partir da qual obteve *status* e se tornou um nome internacional (BOSE, 2020).

A partir da visibilidade adquirida, os seus livros ganharam notoriedade e despertaram a atenção de líderes mundiais tais como Theodore Roosevelt e Kaiser Wilhelm. Assim, foi considerado o “evangelista do mar”, alcunha que recebeu de Sprout (SPROUT apud ALMEIDA, 2009, p. 147) que afirmou: “nenhuma pessoa influenciou tão direta e

profundamente a teoria do Poder Marítimo como Mahan”.

Ele se distinguia dos teóricos anteriores por sustentar sua argumentação com base em análises históricas. Segundo ele, lições aprendidas com a história auxiliariam na formulação de novas políticas estratégicas (VIOLANTE, 2015).

Conforme estudado em sua obra, o ponto chave de sua teoria aborda a relevância do comércio marítimo que deve ser assegurado por um Poder Marítimo, a fim de atingir a prosperidade econômica. Portanto, o livre acesso ao mar, o controle das LCM de interesse e o desenvolvimento costeiro são aspectos centrais em seu pensamento estratégico, motivos pelos quais, segundo ele, as forças navais se constituem em mera ferramenta política estatal, visando à consecução de tais objetivos.

Assim, a sua obra mais conhecida apresenta, por meio de um estudo histórico, conceitos de sua Teoria do Poder Marítimo - considerações relativas à influência dos espaços marítimos nos destinos dos Estados. Além disso, defende que o uso do oceano para a comercialização das riquezas era o coração das atividades marítimas, vislumbrando a necessidade de sua defesa pelo Estado por meio de um Poder Naval forte, capaz de preservar os seus interesses e garantir o bem estar de sua população (TRITLE, 2007).

Antes de prosseguirmos com alguns fundamentos de sua teoria, faz-se necessário distinguir Poder Marítimo e Poder Naval. Para fins deste trabalho, entendemos que Poder Marítimo representa um conceito mais amplo, envolvendo as capacidades política, econômica e militar de um Estado em utilizar o espaço marítimo. Já o Poder Naval, entendemos como a parcela militar do Poder Marítimo.

Dessa forma, apresentaremos neste capítulo, os fundamentos do seu pensamento estratégico, os conceitos do Poder Marítimo, a proteção das LCM e o efetivo domínio do mar.

2.1 FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO DE MAHAN

Historicamente, as marinhas foram percebidas como símbolos de poder e prestígio dos Estados, o que decorre do fato de serem instrumentos políticos relevantes na interação entre os protagonistas do cenário internacional que perseguem o desenvolvimento econômico e a segurança (RIBEIRO, 2010).

Ainda segundo Ribeiro (2010), utilizando essa ideia força, Mahan relaciona o Poder Nacional, o Poder Marítimo, por meio de sua vertente Poder Naval, e a hegemonia mundial, demonstrando a prevalência da competição e das conquistas em detrimento da cooperação no cenário internacional.

Mahan (1890) afirmava que o desenvolvimento econômico de uma nação e sua elevação à condição de potência estavam associados a três preceitos, os quais chamou de “trindade marítima”:

- a) a produção, por meio de uma economia produtiva que implicava na necessidade do escoamento de tais produtos;
- b) o comércio marítimo, realizado pela frota de navios mercantes que efetuariam o transbordo das mercadorias proporcionando a geração de riquezas;
- c) a existência de colônias, facilitando a comercialização de produtos e servindo como bases logísticas para os navios.

Sendo assim, segundo Mahan (1890), a chave para compreender grande parte da história e das políticas implementadas por países banhados pelo mar passa pela trindade marítima. A política adotada por governos variou tanto com o *zeitgeist*¹, como com o caráter

¹ Palavra alemã que significa o espírito da época. É o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

e a lucidez de seus governantes. No entanto, ele complementa que a história dos povos costeiros foi menos determinada pela astúcia e pelo caráter de seus governantes do que pelo que chama de elementos naturais do Poder Marítimo, referindo-se à posição geográfica, à configuração física, à extensão territorial, à população e ao caráter nacional.

A posição geográfica de um país influenciaria o estímulo natural ao seu desenvolvimento marítimo. Mahan enxergava a Grã-Bretanha como privilegiada, não somente por ser, à época, um Estado insular com acesso ao Canal da Mancha e o controle de pontos focais de navegação, como o Canal de Suez no Mediterrâneo e Gibraltar, mas também por não possuir ameaças continentais que fariam escoar seu orçamento com a manutenção de exércitos. Nesse caso, demonstrava sua predileção pelo Poder Marítimo em detrimento do Poder Terrestre. Citou também a importância daqueles que possuíam duas costas e dos bem posicionados em relação aos Estados rivais. Nessa lógica, chamava atenção a posição geográfica dos Estados Unidos da América (EUA) em relação à possibilidade de um canal centro-americano que tivesse a capacidade de ligar o mar do Caribe ao oceano Pacífico, fazendo do Caribe, de um mero mar de tráfego local, um dos maiores pontos focais de navegação do mundo. Destarte, Mahan anteviu que a abertura do istmo, futuro Canal do Panamá inaugurado em 1914, possibilitaria aos estadunidenses, além da integração pelo modal marítimo entre as costas Leste e Oeste dos EUA, um melhor aproveitamento do fluxo de riquezas em razão do aumento do comércio marítimo com as potências europeias.

Relativamente à configuração física, o litoral de um país é uma fronteira. Assim, quanto maior a facilidade oferecida por esta fronteira para o mar, maior a probabilidade das pessoas comercializarem com o resto do mundo. Nessa visada, Mahan apontou a importância dos contornos da costa (baías e enseadas) que favoreciam a construção de portos e bases navais. Além desse, o segundo fator mencionado citava as condições climáticas que

facilitavam ou dificultavam o cultivo do solo. Exemplificava fazendo um “paralelo” entre França e Grã-Bretanha. Enquanto a primeira dispunha de terras aráveis e um clima agradável, produzindo excedentes consumíveis internamente e exportáveis, a segunda havia sido menos beneficiada pela natureza e, até o desenvolvimento de sua indústria, tinha pouco a exportar. Assim, os britânicos se lançaram ao mar e encontraram terras mais favoráveis e ricas que as suas próprias. Com isso, ao incorporarem as novas terras, tornaram-se colonialistas e mercantilistas, estabelecendo um fluxo comercial marítimo entre a metrópole e as colônias, o que, por conseguinte, favoreceu a acumulação de riquezas e a expansão do seu Poder Marítimo.

A leitura de Mahan (1890) esclarece que não é a extensão do território que levará ao desenvolvimento do Poder Marítimo mas sim, o comprimento de sua costa e as facilidades portuárias que devem ser considerados. Salienta que a extensão da costa pode ser uma fonte de força ou fraqueza dependendo do tamanho de sua população.

A importância do tamanho da população de um Estado é medida em função da concentração demográfica ao longo da costa, o que significa uma população marítima, aquela que pode ser empregada no esforço de guerra, seja no sentido econômico ou militar.

Mahan acreditava que, além da aptidão para a atividade comercial em determinada população, seria o método o distinguidor de algumas populações no processo de construção da riqueza. Utilizou como exemplo, os caracteres nacionais da Espanha e de Portugal, quando comparados aos caracteres empregados pela Inglaterra e pela Holanda no que tange à promoção do comércio e ao desenvolvimento colonial. Enquanto os dois primeiros estavam interessados na exploração do ouro e da prata sem maiores interesses nos assuntos coloniais, os dois últimos enviaram imigrantes, comerciantes e produtores que encontraram a riqueza com o desenvolvimento local.

Para Mahan (1890), além do caráter da população, era necessário o caráter governamental. Logo, um Estado que possuísse um caráter expansionista, uma aptidão para influenciar territórios distantes de sua terra natal, uma visão hegemônica a nível político, e que adotasse os preceitos mencionados, alcançaria uma primazia frente aos demais.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO PODER MARÍTIMO E PROTEÇÃO DAS LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS

Como já abordado neste capítulo, a teoria Mahaniana considera essencial o desenvolvimento do Poder Marítimo, isto é, todas as atividades e recursos marítimos que visam aumentar a comercialização de riquezas e, conseqüentemente, a prosperidade e a afirmação internacional do país. Seu pensamento atribuía supremacia aos elementos naturais do Poder Marítimo, sobre os elementos restantes do Poder Nacional.

Mahan (1890) entendia como condição *sine qua non*² para o estabelecimento de um Poder Marítimo forte, a envergadura do seu Poder Naval, cujo propósito seria a proteção das LCM e a garantia do uso do mar por meio da neutralização ou destruição de forças navais que pudessem ameaçar o seu comércio marítimo. Com isso, considerava esse último Poder como um fator crítico em um conflito entre potências, e concluía afirmando que era a necessidade da proteção desse comércio que definia o objetivo do Poder Naval, já que as marinhas existiam para tal fim.

Nesse sentido, em situação de conflito, a proteção das LCM e a garantia do uso do mar exigiam mais do que a interdição da esquadra inimiga atacante. À vista disso, visando

² Condição *sine qua non* é uma expressão latina que indica o ato ou a condição indispensável para que algo aconteça. Em português significa “sem a qual não”.

verdadeiramente pressionar a economia da potência rival, o Estado deveria possuir um Poder Naval com capacidade de impedir qualquer comércio da potência inimiga, assegurando, assim, o domínio do mar.

Não seria por meio da captura de navios isolados ou até mesmo de comboios que se derrubaria economicamente uma nação, mas sim por meio de um Poder Naval arrebatador que impeça o inimigo de se lançar ao mar, exceto na condição de fugitivo, estrangulando seu comércio marítimo e sua economia. Este poder dominante só pode ser exercido por grandes marinhas (MAHAN, 1890, tradução nossa).³

O “controle absoluto” dos mares pregado por Mahan era decorrente da “batalha decisiva”, ocasião em que, idealmente, a esquadra inimiga seria completamente extirpada, enquanto a outra sobreviveria sem oposição e com capacidade, ainda, de atuar no restante do conflito impedindo o tráfego mercante inimigo (MOURA, 2012).

Mahan (1890) enfatizava a necessidade de se prolongar o tempo de operação das Forças Navais mesmo afastadas de suas bases. Sugeria que os países deveriam estabelecer colônias ou bases navais avançadas, nas regiões consideradas estratégicas, visto que a concessão de bases por outros Estados era pouco confiável.

Observa-se a forma como Mahan concebeu as marinhas como um instrumento político de atuação do Estado. Ressalta-se aqui que ex-Presidentes estadunidenses e seus Secretários de Estado exploraram suas linhas de ação, o que contribuiu para que os EUA se tornassem a primeira potência mundial atualmente. Tal fato por si só confere a Mahan enorme protagonismo como teórico da estratégia marítima (RIBEIRO, 2010).

Pode-se inferir que a Teoria do Poder Marítimo de Mahan estabeleceu a base para o pensamento em assuntos navais em sua geração se mantendo atual ainda hoje. Resultado de

³ Original em inglês: “It is not the taking of individual ships or convoys, be they few or many, that strikes down the money power of a nation; it is the possession of that overbearing power on the sea which drives the enemy’s flag from it, or allows it to appear only as a fugitive; and which, by controlling the great common, closes the highways by which commerce moves to and from the enemy’s shores. This overbearing power can only be exercised by great navies” (MAHAN, 1890).

análises históricas, foi percebido à época que a envergadura do Poder Marítimo, composta por uma grande marinha mercante e uma força naval poderosa, era o princípio determinante da queda ou do crescimento de potências hegemônicas. Proteger e manter as LCM seguras e livres de interferência estrangeira é fundamental para a expansão da riqueza nacional. Perseguir tal objetivo deve ser prioridade dos Estados que almejam enriquecimento e protagonismo internacional.

A análise da obra de Mahan é fundamental para quem busca compreender a RPC que, devido a aspirações políticas e a necessidade de expandir seu comércio, vem buscando novas áreas de influência fora de suas fronteiras marítimas.

Contudo, essa análise deve considerar que Mahan foi um teórico do Século XIX. Apesar da genialidade, não previu os avanços tecnológicos que remodelariam a estratégia naval, integrando-a nos espaços marítimo, aéreo, terrestre, espacial e no cibernético.

Ainda assim, seus postulados são válidos na atualidade, pois, se comparado à época de sua teorização, o mar avulta em importância em razão das novas potencialidades e é elemento indissociável do processo de enriquecimento de um Estado.

3 REPOSICIONAMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) COMO ATOR GLOBAL E AS IMPLICAÇÕES NA ESTRATÉGIA NAVAL

A fim de nortear o entendimento sobre a estratégia naval chinesa é preciso compreender as motivações que levaram esse Estado, uma potência continental, a voltar suas atenções para o mar.

Primeiramente, iniciaremos com uma breve compreensão do slogan O “sonho chinês”, expressão cunhada pelo líder do Partido Comunista chinês Xi Jinping após 2012. Segundo Holmes e Yoshiara (2008), as raízes desse sonho foram lançadas por Deng Xiaoping⁴ (1904-1997), na década de 1980, quando iniciou uma completa transformação socioeconômica, reorientando o país para um modelo de desenvolvimento pautado nos recursos do mar. Em 2012, Xi Jinping se referia ao “sonho chinês” como o rejuvenescimento da sociedade chinesa, que deveria tornar-se próspera e confiante internamente, além de influente no cenário internacional. Ainda segundo ele, a RPC deve priorizar como política de Estado o objetivo de se transformar em um país socialista moderno, objetivando atingir a liderança econômica e tecnológica mundial até o ano de 2049, quando a RPC alcançará o centenário de sua República.

O “sonho chinês” norteou a política de Estado e foi calcado em quatro propósitos nacionais: o componente econômico (aspirava elevar as condições de vida do cidadão médio), a política externa (intencionava assumir uma posição de relevância internacional, ao menos como potência hegemônica na Ásia), o componente militar (fomentar uma defesa nacional

⁴ Líder comunista da RPC do final dos anos 1970 até sua morte em 1997. Liderou mudanças que resultaram em rápido crescimento econômico e padrões de vida crescentes. Expandiu consideravelmente também as liberdades pessoais e culturais. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Deng-Xiaoping> Acesso em: 26 jun. 2022.

forte proporcional aos interesses internacionais da China) e o componente histórico-cultural (recuperar o tempo perdido durante o período conhecido como “O século de Humilhação”, de 1839 a 1949, quando sofreu sob o Imperialismo, tendo parte de seu território ocupado pelas potências ocidentais e ficou sob o jugo do Japão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)). Os quatro propósitos, em conjunto, representariam, em essência, o reposicionamento da RPC no cenário internacional, o retorno ao protagonismo que historicamente lhe coube, o expurgo do período centenário de desonra e o atingimento do poder e da riqueza (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

No que concerne ao componente militar, estrategistas e líderes chineses enxergam o Poder Marítimo como essencial na concretização do “sonho chinês”, e este está intimamente relacionado ao Poder Naval, além de abranger o comércio e as políticas marítimas.

Observamos três principais fatores que impulsionaram ou ainda impulsionam o desenvolvimento do Poder Marítimo da RPC.

Inicialmente, visando a expansão da influência chinesa, tanto na economia quanto na política mundial, foi lançada em 2013, inspirada na antiga Rota da Seda⁵, a iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR) que visa integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, a partir da Rússia, por via terrestre, e a partir do Oceano Índico por via marítima, e tem como consequência a promoção do seu comércio marítimo (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019).

A OBOR pode permitir a utilização dos portos estrangeiros por meios navais da China, revelando, assim, seu viés militar ao permitir o emprego dual (XAVIER, 2020).

⁵ Formada por diversas rotas interconectadas que passavam pelo sul da Ásia e eram utilizadas para transportar a seda chinesa para a Europa. Tais rotas tinham profunda influência na economia da época, interligando Oriente e Ocidente, e contribuíram para o desenvolvimento de civilizações complexas em diversas partes da Eurásia (ABDENUR, 2017).

Outro fator de destaque é a extraordinária presença da infraestrutura chinesa no continente Africano, nas duas últimas décadas, sob a retórica da contribuição para o desenvolvimento desse continente. Nesse período, a RPC e suas empresas privadas se tornaram as maiores construtoras de portos e operadoras de terminais portuários na África. (FIG. 1, ANEXO A).

A despeito do objetivo principal ser comercial, ou seja, o apelo pelos mercados e recursos Africanos, os portos podem ter emprego dual, pois têm a capacidade de atracarem meios navais chineses. Empresas chinesas construíram, financiaram, investiram e atualmente operam facilidades portuárias em 30 Estados Africanos (KARDON, 2022).

Em segundo lugar, a ameaça continental que por séculos preocupou os estrategistas chineses, hoje é menor. O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, libertou a RPC do temor de um impulso expansionista soviético em direção às suas fronteiras terrestres. A despeito das, aparentemente controladas, animosidades e recentes tensões fronteiriças com a Índia⁶, Pequim atuou fortemente no campo diplomático para resolver suas contendas de fronteira com a Rússia, o Vietnã e a Coreia do Norte (HOLMES; YOSHIARA, 2008).

Consequentemente, recursos que outrora foram empregados com ênfase na defesa das fronteiras terrestres puderam ser, em grande parte, redirecionados para o fomento do desenvolvimento do seu Poder Marítimo.

Assim, no final da década de 1980, as lideranças chinesas já apontavam para uma maior probabilidade de conflito ao longo de sua periferia oceânica, quando comparado com seu interior continental (HOLMES; YOSHIARA, 2008).

Dessa forma, a disputa por recursos marinhos com vizinhos asiáticos, o

⁶ Em que pesem os esforços diplomáticos, a relação sino-indiana é complexa, sendo marcada por disputas territoriais no passado que resultaram em uma “guerra fria” velada entre esses países. Em junho deste ano ocorreu um grave incidente em *Galwan Valley* com mortes em ambos os lados.

movimento pela independência de Taiwan e os constantes atritos territoriais nos mares do Leste e do Sul da China mostraram que o “*vento havia rondado*”⁷ e a China deveria se lançar ao mar.

Em terceiro lugar, e diretamente relacionado ao primeiro fator, o estrondoso crescimento econômico atingido nas duas últimas décadas é talvez o mais relevante motivo a impulsionar as atenções chinesas rumo ao mar. Entre 1980 e 2000, sua economia cresceu a uma taxa anual superior a 9% do seu PIB, e entre 2003 e 2005 o seu crescimento anual foi superior a 10% do PIB. A garantia e a manutenção desse crescimento superaram qualquer ideologia comunista e se tornaram um desafio crítico do Estado chinês (HOLMES; YOSHIARA, 2008).

Em 2021, suas importações de petróleo bruto superaram 229 bilhões de dólares. Nesse ano, enquanto sua produção de petróleo/dia foi cerca de 3.990.000 de barris, seu consumo diário ultrapassou os 15.000.000 de barris (SÖNNICHSEN, 2022).

Nos últimos 20 anos, seu consumo diário de barris triplicou (SÖNNICHSEN, 2022).

Nesse sentido, um aspecto que se destacava como prioridade nacional era assegurar a navegabilidade de suas LCM a fim de garantir a segurança de suas importações de *commodities*, tendo em vista a elevação de sua dependência em relação a fontes energéticas externas, o que também representa uma significativa vulnerabilidade para seu crescimento sustentado.

Assim, essa análise buscou evidenciar três questões centrais que justificam o aumento da percepção de relevância do Poder Marítimo chinês. No próximo subitem, buscaremos demonstrar como seu Poder Naval acompanhou tais mudanças.

⁷ A expressão náutica “*rondar o evento*” significa forte mudança de direção.

3.1 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

Segundo Li (2009), podemos afirmar que a estratégia naval da China, ou como chamaremos a partir deste momento, da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN⁸), da República Popular da China, passou por duas grandes transições: inicialmente, da “*near-coast defense strategy*”⁹ (perdurou até meados de 1980) para a “*near-seas active defense*”¹⁰ (perdurou até a metade dos anos 2000) e, posteriormente, entre esta última e a “*far seas operations*”¹¹ (a partir da metade dos anos 2000).

Tais mudanças não devem ser creditadas a um único fator isolado, mas a uma combinação de diversos fatores e variáveis, tais como: a alteração na percepção sobre a participação do Poder Naval na reestruturação do país e qual deveria ser seu novo papel; a promoção de uma consciência situacional marítima na sociedade; o endosso das lideranças civis às causas marítimas, que se tornaram mais conscientes da segurança ou insegurança provocadas pelo ambiente externo; e a disponibilidade de recursos e tecnologias na institucionalização da pesquisa naval (LI, 2009).

Até os anos 1980, não observamos nenhuma alteração relevante na estratégia naval da PLAN de maneira a elevar a capacidade de sua Marinha. Assim, predominava uma estratégia puramente defensiva com o objetivo central de assegurar a defesa costeira em caso de guerra com a ex-URSS, sua maior ameaça conhecida naquela época.

A defesa costeira adotada até meados da década de 1980 é entendida como

⁸ Nomenclatura utilizada na língua inglesa - *People's Liberation Army Navy* – PLAN.

⁹ Estratégia de defesa costeira, tradução nossa. Neste trabalho, manteremos o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais (nota do autor).

¹⁰ Defesa ativa em área marítima aproximada, tradução nossa. Neste trabalho, manteremos o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais (nota do autor).

¹¹ Proteção em espaços marítimos afastados (tradução nossa). Neste trabalho, manteremos o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais (nota do autor).

aquela que se estende, a partir da linha de costa em direção ao mar, em até 12 km, e a partir da linha de costa em direção ao interior continental, em até 300 km (região onde se encontram as cidades mais importantes econômica e politicamente da RPC) (LI, 2009).

A estratégia oficial, “*near-seas active defense*”, que apresentava a noção de defender ativamente operando nos mares próximos, foi primeiramente proposta por Deng Xiaoping. O novo conceito estratégico foi adotado em consonância com a visão do comandante da PLAN, o Almirante Liu Huaqing, que defendia uma alteração na natureza operacional estratégica de sua marinha, passando de uma postura defensiva para uma proativa, de maneira a lidar com conflitos regionais no seu entorno (LI, 2009).

Quando comparado à estratégia anterior, o novo conceito era mais abrangente, pois abarcava maiores espaços marítimos, demandava novas capacidades navais e principalmente significava um afastamento do conceito de defesa próxima à costa, que considerava a PLAN como um serviço de apoio às operações terrestres (LI, 2009).

No ano de 2015, a Estratégia Militar da China descrevia o conceito de defesa ativa

“O conceito estratégico de defesa ativa é a essência do pensamento estratégico do Partido Comunista da China. A partir da experiência adquirida nas guerras revolucionárias, as forças armadas populares desenvolveram um conjunto completo de conceitos estratégicos de defesa ativa, que se resume a: adesão à unidade de defesa estratégica e postura operacional e tática ofensiva; aderência aos princípios de defesa e autodefesa e adesão à postura de que “não atarecemos a menos que sejamos atacados, mas certamente contra atacaremos, se atacados” (RPC, 2015, tradução nossa).¹²

Assim, o novo conceito expandia seus limites operacionais até a chamada Primeira Cadeia de Ilhas, extendendo-se desde as ilhas Curilas até as ilhas Borneo, passando pelas ilhas do Japão, arquipélago Ryukyu, Taiwan e Filipinas. Dito de outra maneira, englobava os espaços

¹² Original em Inglês: “*The strategic concept of active defense is the essence of the CPC’s military strategic thought. From the long-term practice of revolutionary wars, the people’s armed forces have developed a complete set of strategic concepts of active defense, which boils down to: adherence to the unity of strategic defense and operational and tactical offense; adherence to the principles of defense, self-defense and post-emptive strike; and adherence to the stance that “We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked”* (RPC, 2015).

marítimos dentro da Primeira Cadeia de Ilhas ou o Mar Amarelo, o Mar da China Oriental e o MSC.

Apesar da alteração de natureza estratégica citada, entre meados dos anos de 1980 e dos anos 2000, os líderes chineses vislumbravam uma transição mais agressiva. A integração da economia chinesa com o resto do mundo significava não somente oportunidades, mas também vulnerabilidades. Nesse período, seu comércio marítimo aumentou exponencialmente, chegando a 95% do total comercializado pela RPC. Sua frota de navios mercantes estava entre as maiores do mundo em termos numéricos e em avanço tecnológico. No entanto, o elevado progresso comercial veio acompanhado de uma crescente dependência energética e, assim, tornava-se crítico assegurar a liberdade de suas LCM (LI, 2009).

Seu enorme litoral, repleto de flancos expostos, tornava complexa a defesa costeira. Após meados dos anos 2000, o “*near seas*”, teatro operacional da PLAN, começava a ser considerado uma vulnerabilidade, dado que os espaços de batalha nesses mares eram restritos (LI, 2009).

Esse entendimento se deve ao fato de que grande parte desses mares são bloqueados pela Primeira Cadeia de Ilhas, o que deixa poucas saídas navegáveis para a imensidão do Oceano Pacífico. Soma-se a isso o fato de essas poucas saídas – estreitos e canais – serem em sua maioria controlados por outros estados (LI, 2009).

Como pode-se observar no mapa da RPC (FIG. 2, ANEXO B), o seu território é geograficamente posicionado em meio a algumas das maiores rotas de navegação mundiais atuais. Se comercialmente tal fato pode ser considerado uma vantagem, militarmente entende-se como altamente desfavorável, tendo em vista as ameaças e vulnerabilidades que o mar pode representar.

Não bastasse a armadilha geográfica, o “*near seas*” é dividido com marinhas poderosas, o que aumenta a sensação de enclausuramento da PLAN dentro da Primeira Cadeia de Ilhas. A esquadra do Pacífico russa ao norte, a esquadra japonesa ao leste (alterando sua concepção estratégica de defesa defensiva para defesa ofensiva), os meios navais da ASEAN¹³ ao sul e ao sudeste, a esquadra indiana a oeste, a qual vem expandindo seu teatro de operações incluindo o MSC, e, finalmente, a sétima esquadra estadunidense, sediada em Yokosuka, Japão, reforçam a necessidade de operar outros espaços marítimos e de se tornar uma marinha global de águas azuis (LI, 2009).

Destaca-se que a presença militar estadunidense nas cercanias da RPC não se limita à base naval em Yokosuka. Os EUA administram bases aéreas nas cidades de Osan e Kunsan (Coréia do Sul) e Okinawa e Aomori (Japão) (FIG. 7, ANEXO E).

Como já citado, a “*far seas operations*”, enquanto conceito estratégico justificava a necessidade da modernização naval chinesa e implicava no alargamento dos limites operacionais de atuação, passando da Primeira para à Segunda Cadeia de Ilhas, abrangendo desde o litoral leste do Japão até as proximidades da Papua-Nova Guiné (FIG. 7, ANEXO E). Em termos de escopo operacional, os espaços marítimos adjacentes e posteriores à Segunda Cadeia de Ilhas eram compreendidos como “*far seas*”. Uma imensidão que incluía do Noroeste do Pacífico ao estreito de Makassar na Indonésia.

O novo conceito, iniciado no ano de 2005 e perfeitamente alinhado ao objetivo político e estratégico do “sonho chinês”, que almeja alcançar o *status* de liderança global por meio da sua influência internacional, ambiciona transformar a PLAN, até o ano de 2049, em uma marinha global (EUA, 2021).

¹³ Associação das nações do Sudeste Asiático. Integrada por: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã

Assim, observamos que em menos de trinta anos a estratégia naval chinesa e suas capacidades migraram do conceito de defesa costeira para o expansionismo da “*far seas operations*”. Adicionalmente, observamos como maiores implicações:

- a) a alteração da natureza estratégica resultou na modernização da cadeia logística e no desenvolvimento de programas destinados a fornecer os meios em acordo com as novas aspirações. A “*far seas operations*” demandava a modernização de seu Poder Naval, processo ainda em andamento, por meio da construção de meios navais mais robustos que permitiriam realizar operações a maiores distâncias de seu litoral, como os navios aeródromos e os submarinos nucleares. Além disso, o desenvolvimento de bases navais ultramarinas, em ilhas ou pontos geopoliticamente estratégicos aos interesses chineses, favorece a realização de reparos e a acomodação de atividades de “*ISR*¹⁴”, facilitando o controle situacional marítimo nas áreas de interesse (LI, 2009). A RPC atualmente opera uma base militar no Djibouti (Golfo de Áden) e militarizou a ilha de Woody (MSC) e os Recifes Subi, Mischief e Fiery Cross, todos no MSC (ANEXOS C e D);
- b) o crescimento da força anfíbia, a partir de meados da década de 1990 e de forma mais ostensiva após 2005, incluiu a construção de 20 navios de 3.500 toneladas para o desembarque de tanques e outros de 17.000 toneladas semelhantes à classe San Antônio dos EUA (COLE, 2016). No ano de 2019, a PLAN lançou uma nova classe de navios, conhecida como Tipo 075, para apoio às suas Operações Anfíbias, e que possui capacidade para desempenhar múltiplas tarefas, tais como: Operações de Segurança Marítima (a exemplo do

¹⁴ *Intelligence, surveillance and reconnaissance*. Inteligência, vigilância e reconhecimento (tradução nossa).

combate à pirataria), Operações Anfíbias, emprego na defesa de seus interesses no que tange às suas reivindicações no MSC, dentre outras (XAVIER, 2021);

Atualmente, a PLAN vem implementando as seguintes capacidades: de operar nos espaços marítimos distantes de suas águas territoriais; de realizar apoio logístico móvel; e de projetar poder, com ênfase no Sudeste Asiático, Oceano Índico e África (XAVIER, 2020).

Nesse sentido, a modernização naval claramente alterava a estratégia de defesa costeira para a postura assertiva de uma marinha global.

O desenvolvimento de um largo número de meios navais, com a capacidade de projeção de poder sobre terra, parece contradizer o desejo chinês de transmitir ao mundo a ideia de que seu crescimento econômico será pacífico. Desde o ano de 2015, a PLAN é a marinha com maior número de meios do mundo (TAB. 1, ANEXO F). Destacam-se: a modernização do navio-aeródromo Liaoning e as construções dos navios-aeródromos Classes Shandong e Fujian, essa última classe lançada ao mar no mês de junho desse ano.

- c) o conceito *“far seas operations”*, que traz consigo a ideia de desenvolvimento de uma marinha global até o ano de 2049, possivelmente reduzirá a percepção do poder hegemônico militar estadunidense. Especialistas vislumbram que o expansionismo da PLAN, com bases ultramarinas sustentadas por uma rede logística a nível global, pode interferir negativamente nos interesses estadunidenses e servir de suporte a operações ofensivas contra os EUA (EUA, 2021).

Observamos até este ponto, que os esforços desenvolvidos pela RPC, visando à transformação de seu Estado em uma potência militar tiveram impacto direto na orientação estratégica da PLAN. Alguns fatores geopolíticos estimularam essa iniciativa, com ênfase: na

geografia litorânea, na relativa estabilidade das fronteiras terrestres e no fortalecimento das relações diplomáticas com a Rússia, no desenvolvimento econômico e na dependência energética.

Analisaremos agora os fins, métodos e meios que embasaram a reestruturação de suas forças armadas.

3.2 FINS, MÉTODOS E MEIOS DA “FAR SEAS OPERATIONS” E A PERCEPÇÃO ESTADUNIDENSE

Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional da RPC, do ano de 2015, na medida em que o centro de gravidade econômico e estratégico do mundo se desloca para a região Ásia-Pacífico, os EUA conduzem uma estratégia de forma a rebalanceá-lo a seu favor, aumentando a sua presença militar e as suas alianças militares na região. Ao final, informa que é uma tarefa do seu Estado, a salvaguarda dos seus direitos e interesses marítimos. Aqui identificamos, nesse documento de alto nível, os fins de sua estratégia.

Esse mesmo Livro indica os métodos para o alcance dos fins pretendidos, reforçando que manterá a reforma do sistema nacional de defesa e das forças armadas, orientando a nível estratégico as forças terrestres, navais e aéreas. No que tange à PLAN, alinhado com a nova necessidade estratégica, apresenta como atribuições da “*far seas operations*”, a proteção de espaços marítimos afastados e a defesa das águas jurisdicionais. Para tal, construirá uma força de combate marítima combinada, multifuncional e eficiente. Finaliza afirmando, também, que a PLAN incrementará as suas capacidades de dissuasão estratégica e de contra-ataque, manobras marítimas e operações conjuntas no mar.

Assim sendo, torna-se importante analisar de quais meios dispõe o Poder Naval

chinês para o alcance dos fins pretendidos, pois como já mencionado anteriormente, a PLAN vem passando por um processo de modernização de forma consistente, desde 2005 (quando passou a ter por atribuições a proteção de espaços marítimos afastados e a defesa das águas jurisdicionais), que se intensificou a partir de 2015, planejando atingir o objetivo desejado de se tornar uma marinha global até o ano de 2049.

O esforço de modernização da PLAN inclui uma ampla gama de plataformas, sistemas de armas e integração satelital (o que permite inserir a batalha naval no moderno conceito de *network-centric warfare*¹⁵), incluindo IRBMs, ASBMs e ASCMs¹⁶, navios de superfície multipropósito, navios anfíbios, aeronaves, veículos não tripulados e suporte de C4ISR¹⁷ (EUA, 2022).

Apesar de possuir um pequeno número de submarinos nucleares de ataque e de submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos, sua força de submarinos é composta, majoritariamente, de submarinos não nucleares de ataque. A PLAN mantém em operação cerca de 70 submarinos e vem modernizando essa força. Estima-se que essa força atinja, no ano de 2030, o total de 76 meios distribuídos da seguinte maneira: 8 submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos, 13 submarinos nucleares de ataque e 55 submarinos convencionais de ataque (EUA, 2022).

Destaca-se a inauguração do seu terceiro navio aeródromo, da Classe Fujian, desenvolvido totalmente no país em junho deste ano.

Atualmente, a PLAN é percebida como o maior desafio à capacidade da Marinha

¹⁵ Guerra centrada em rede. Trata-se da construção de uma imagem tática compartilhada entre todas as forças amigas, conectando os meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e da Força Aérea no nível tático. (WEDIN, Lars. **Estratégias marítimas no século XXI**: a contribuição do Almirante Castex. Tradução: Reginaldo Gomes Garcia dos Reis *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.).

¹⁶ Neste trabalho serão empregadas as siglas do inglês *Intermediate-Range Ballistic Missile*, *Anti-Ship Ballistic Missile* e *Anti-Ship Cruise Missile*.

¹⁷ Acrônimo usado pelo DoD dos EUA e pela comunidade de defesa que significa Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

estadunidense em atingir e manter o Controle de Área Marítima (CAM)¹⁸ nas águas azuis do Pacífico Ocidental. Acredita-se que a RPC deseja possuir uma marinha de estatura suficiente para o emprego da estratégia A2/AD (tornando-se capaz de exercer o controle de área marítima particularmente no MSC, impondo sua vontade de regular atividades militares no “*nine-dash line*”), para a defesa das LCM de interesse (especificamente aquelas que ligam a RPC ao Golfo Pérsico) e para deslocar a esfera de influência dos EUA do Pacífico Ocidental (EUA, 2022).

Presentemente, a PLAN é o maior Poder Naval do Sudeste Asiático e nos últimos anos ultrapassou a marinha estadunidense em número de meios navais de combate (TAB. 1, ANEXO F), fazendo de sua marinha a mais numerosa do mundo (EUA, 2022).

Percebemos nesse item, a compreensão estadunidense de que a reestruturação das forças armadas da RPC tem por objetivo a sua capacitação ao emprego da estratégia A2/AD. No entanto, identificamos uma PLAN progressivamente mais capaz de executar tarefas complexas, como as de projeção de poder (navios aeródromos e anfíbios), deterrência (submarinos nucleares) e presença naval.

Finalizando esse subitem, concluímos que a reestruturação da PLAN (processo em andamento que almeja transformar esse Poder Naval em uma marinha global até o ano de 2049) já atinge, em 2022, alguns objetivos, a exemplo das capacidades citadas no parágrafo anterior. Contudo, faz-se mister ressaltar que, apesar de ser a marinha mais numerosa do mundo em 2022, seus meios, ainda, são tecnologicamente inferiores aos do Poder Naval estadunidense, que sedia sua sétima esquadra em Yokosuka, localizada a pouco mais de 1000

¹⁸ Segundo a Doutrina Militar Naval da Marinha do Brasil (MB), o CAM representa o efeito desejado decorrente da tarefa básica do Poder Naval que visa a que nossas Forças garantam certo grau de utilização, ainda que temporário, de uma área marítima limitada, fixa ou móvel, e, quando apropriado, neguem ou limitem o uso dessa área pelo oponente (BRASIL, 2017).

km de Shanghai.

Dessa maneira, as capacidades militares dos EUA na região, que são potencializadas quando somadas a de seus aliados Coréia do Sul, Taiwan, Austrália e Japão, concorrem para uma certa sensação de insegurança da PLAN.

No próximo subitem, buscaremos demonstrar a importância geopolítica e geoestratégica do MSC e as reivindicações da RPC quanto a essa região.

3.3 MAR DO SUL DA CHINA (MSC)

De acordo com Kaplan (2014), o MSC funciona como um corredor econômico onde rotas marítimas de comércio global se encontram. Ali localiza-se o coração navegável da Eurásia com os estreitos de Malacca, Lombok, Makassar e Sunda.

Mais da metade da tonelagem anual transportada pela frota mercante global passa por esses “*choke points*”¹⁹, assim como um terço de todo o tráfego marítimo mundial, totalizando mais de três trilhões de dólares por ano em comércio marítimo (SEN, 2020).

Além da localização estratégica, o MSC possui reservas de petróleo e gás natural estimados em vinte e oito bilhões de barris e duzentos e setenta trilhões de pés cúbicos respectivamente (SEN, 2020).

Não bastassem a localização e a energia conferirem ao MSC uma crítica importância geoestratégica, as disputas territoriais dentro do “*nine-dash line*” chinês estão no centro das animosidades entre China e Filipinas, Malásia, Taiwan, Brunei e Vietnã, todos

¹⁹ Pontos de elevado fluxo de tráfego marítimo entre passagens navegáveis importantes. Em geral são canais estreitos de navegação com localização estratégica. Disponível em: [https:// www.marineinsight.com/marine-navigation/what-are-maritime-chokepoints/](https://www.marineinsight.com/marine-navigation/what-are-maritime-chokepoints/). Acesso em: 26 jun. 2022.

Estados limdeiros da região (KAPLAN, 2014).

O “*nine-dash line*” ou linha dos nove traços é o espaço marítimo, dentro do MSC, reivindicado em quase sua totalidade pela RPC e que abrange quatro grandes conjuntos de ilhas (Paracel, Spratly, Pratas e Zhongsha), incluindo mais de duzentas ilhas, ilhotas, baixios, corais de recifes e rochas. Esses quatro grupos de ilhas alcançam a área geográfica delimitada entre as coordenadas 3° 57' a 21° N e 109° 30' a 117° 50' L, totalizando 1800 km de norte a sul e 900 km de leste a oeste (GAO, 2013).

A China compreende que possui total soberania e jurisdição dentro deste espaço marítimo, incluindo as ilhas e os recursos naturais vivos e não vivos existentes ali (GAO, 2013).

Nesse sentido, no mês de abril do ano de 2020, a RPC criou dois novos distritos administrativos para serem responsáveis pelo grupo de ilhas de Paracel e Spratly. Meios navais da PLAN, Guarda Costeira da China e até mesmo uma milícia marítima patrulham a região realizando ações assertivas contra embarcações pesqueiras dos Estados vizinhos, bem como realizam ações de fustigamento contra a exploração do petróleo e do gás natural marítimos dos países vizinhos que reivindicam a mesma região (EUA, 2021).

De acordo com Gao (2013), a soberania reivindicada pela RPC no interior da “*nine-dash line*” é calçada em fatos históricos, tendo em vista que até o ano de 1935, mapas atestavam serem os marinheiros e os pescadores chineses os primeiros a desbravarem aqueles espaços marítimos.

Até o final da década de 1960, o MSC foi uma região pouco disputada em termos de interesses estatais. A partir desse período, após a descoberta de petróleo e gás natural na região, Vietnã, Filipinas e Malásia, atores estatais banhados por esse mar, passaram a contestar a presença naval chinesa em suas cercanias (GAO, 2013).

Ainda de acordo com Gao (2013), desde 1958, a legislação da RPC formalizava

documentalmente a soberania sobre os conjuntos de ilhas de Dongsha, Nansha, Xisha, Zhongsha, entre outras ilhas do MSC. Dessa forma, percebe-se que a concepção do conceito “*nine-dash line*” e a sua implementação, não haviam provocado, até o momento das descobertas energéticas naqueles espaços marítimos, veementes posicionamentos públicos e reclamações de soberania por parte de outros Estados limítrofes.

Destarte, o que se observa atualmente é a reivindicação chinesa pela manutenção do “*status quo*”²⁰ sobre um espaço marítimo que, em sua concepção, pertenceu a ela historicamente.

Assim, um fator que merece destaque é a percepção estadunidense de que a militarização de ilhas e de recifes no MSC tem a notória finalidade de emprego de estratégias A2/AD, podendo interferir negativamente nas operações militares dos EUA e servir de suporte para possíveis operações ofensivas contra os seus interesses.

A reorganização da PLAN representa grande preocupação para os EUA que, visando se contrapor a esse movimento, vem transferindo um grande percentual de sua esquadra para o Pacífico, assim como seus navios e aeronaves mais modernos (EUA, 2022).

Concluimos este capítulo afirmando que o reposicionamento da RPC visando se tornar um ator global, até o ano do centenário de sua República, trouxe profundas consequências para a PLAN, que progressivamente vem ampliando suas capacidades, operando cada vez mais em espaços longínquos. A análise do Livro Branco de Defesa Nacional de 2015 da RPC permite a identificação dos objetivos finais da estratégia naval chinesa que, desde o início do Século XXI, estão mais alinhados à ótica de Mahan, dadas as necessidades econômicas e energéticas da China.

²⁰ Estado ou circunstância que se mantém igual ou do modo como estava antes de alterações.

4 A ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA “A2/AD”

Atualmente é possível encontrar uma farta literatura sobre o acrônimo A2/AD (*Anti-Access e Area Denial*) que tem por base a combinação dos conceitos de Antiacesso e de Negação de Área. Em que pese ser um tema de grande relevância e contemporaneidade por permear a relação sino-estadunidense no MSC e no Mar da China Oriental, os conceitos que nomeiam o acrônimo não são novos.

O Antiacesso e a Negação de Área eram práticas já existentes e comumente foram empregados ao longo da história militar como estratégias naturais de todas as forças que desejaram se prevenir de uma concentração adversária nas proximidades do seu centro de gravidade ²¹(CG). Segundo essa perspectiva, ao mantê-lo afastado do seu CG, seu adversário estaria impossibilitado de atingir a vitória (TANGREDI, 2013).

Historicamente, observamos que diversos povos tentaram impedir a aproximação de oponentes ao seu território. A Linha *Maginot*²², construída pela França após a 1ª Guerra Mundial, a construção do principal símbolo chinês, a Muralha da China, que se estende por cerca de 1800 anos, entre 220 a.C e o Século XVI, e a tentativa do Império do Japão, ao longo da 2ª Guerra Mundial (SGM), de conquistar uma sequência de ilhas no oceano Pacífico com a intenção de prover uma defesa antecipada à terra natal, podem ser considerados exemplos de tentativas de negação de acesso.

Contudo, é durante a Guerra Fria (1947-1989) que tem origem o moderno conceito de A2/AD, como atualmente conhecemos. O término da SGM, que assinalou o início

²¹ “a fonte de equilíbrio ou força concentrada, física ou moral, cuja séria degradação, deslocamento, neutralização ou destruição teria o impacto mais decisivo sobre a capacidade, de nossas próprias forças e do inimigo, de atingir o propósito militar”. (VEGO, 2008, p. 309, tradução nossa).

²² Linha de fortificações e defesa construída pela França entre 1929 e 1940 ao longo de cerca de 750 quilômetros de fronteiras. Visava impedir invasões militares estrangeiras.

da Guerra Fria entre os EUA e a ex-URSS, conferiu à marinha estadunidense o reconhecimento de sua inquestionável capacidade de projetar de poder sobre terra, não somente por meio de seus porta-aviões e suas respectivas alas-aéreas embarcadas, mas também pelos milhares de militares estadunidenses desdobrados em territórios então ocupados pelo Japão, por intermédio das operações anfíbias (TANGREDI, 2013).

Ainda, segundo Tangredi (2013), em contrapartida, quando se observa a postura desempenhada pela marinha soviética durante a SGM, percebe-se o desempenho de um papel periférico e coadjuvante quando comparada à sua própria campanha enquanto potência continental e quando comparada às campanhas das marinhas ocidentais.

Pouco se altera nesse quadro por ocasião do início da Guerra Fria, quando, ao invés de priorizar a construção de porta-aviões e navios de superfície de maior porte, a marinha soviética privilegiou os meios que são considerados elementos da estratégia A2/AD: submarinos, minas navais, bombardeiros de longo alcance e plataformas (aeronaves, navios e submarinos) lançadoras de mísseis de cruzeiro. Mesmo com a posterior construção de navios maiores e dedicados a realização de *C²*²³, como os cruzadores de propulsão nuclear classe Kirov, a marinha soviética manteve por um longo período, como principal capacidade a ser mantida, a atrição e o desgaste dos *U.S. carrier battle groups*²⁴ e a destruição do esforço logístico de abastecimento em uma possível guerra com a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN (TANGREDI, 2013).

Quando cotejada com as marinhas estadunidense e ocidentais, aliadas nesta ocasião, observa-se que a marinha soviética se desenvolveu como uma força de negação de

²³ Comando e Controle.

²⁴ Esquadra estadunidense composta por ao menos um navio capital – porta-aviões – e um largo número de navios escoltas, que navegam em conjunto.

área, ou em outras palavras, como uma força que não vislumbrava o controle de espaços marítimos além do que considerava como suas fronteiras - o Mar de Barents, o Mar Branco, o Mar Negro e o Mar de Okhotsk -, mas que atuaria no sentido de impedir às potências rivais a fortificação e a presença nesses espaços. Por essa perspectiva, pode-se observar que ao longo da Guerra Fria, as campanhas navais da OTAN e soviética marcaram uma disputa acesso e antiacesso, respectivamente; enquanto a primeira visava penetrar a esfera periférica soviética, a última tencionava impedir os EUA e seus aliados de reforçarem suas posições na região (TANGREDI, 2013).

Nessa visada, o colapso da URSS em 1991 marcou o aparecimento de uma tendência entre os planejadores militares estadunidenses. Dada a superioridade bélica estadunidense frente aos demais Estados, era de se esperar que os possíveis adversários preferissem abordagens não convencionais ou formas assimétricas de se opor aos EUA. Assim, as capacidades A2/AD passaram a ser percebidas como as possibilidades naturais e lógicas de resposta à proeminência militar dos EUA (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Surgia assim, no seio dos estrategistas estadunidenses e adotando por premissa básica a hegemonia bélica dos EUA, uma teoria que portava consigo a interpretação personalística desses estrategistas e pensadores sobre como os seus oponentes responderiam ao desafio de superar a sua supremacia militar. Dessa forma, não traduzia, necessariamente, o pensamento estratégico militar de qualquer Estado.

Adicionalmente, percebe-se que o modelo teórico em questão foi fortemente inspirado pela tentativa da negação do uso do mar ao longo da Guerra Fria, período em que foi observada, pelas marinhas estadunidense e aliadas da OTAN, a exigência de se garantir o acesso global em oposição à marinha da ex-URSS.

Visando se contrapor a possíveis ameaças Antiacesso e de Negação de Área, no

ano de 2012, o Departamento de Defesa dos EUA publicou o conceito de acesso operacional conjunto (JOAC²⁵), definindo formalmente a estratégia A2/AD:

Antiaccesso – Ações e capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para evitar que um inimigo avançado entre em uma área de operações; Negação de Área – Ações e capacidades, geralmente de menor alcance, projetadas não para manter o inimigo fora, mas para limitar sua liberdade de ação dentro da área de operações (EUA, 2012, p. 40, tradução nossa).²⁶

Enquanto as estratégias Antiaccesso têm por objetivo impedir as forças estadunidenses de entrarem no teatro de operações, as operações de negação de área visam impedir a liberdade de ação dessas forças, dentro do teatro de operações, em espaços confinados diretamente controlados pelo adversário, valendo-se para isso de operações aéreas, terrestres e navais (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

4.1 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESTRATÉGIA A2/AD

Após propormos uma definição para o acrônimo e identificarmos que a teorização das práticas de Antiaccesso e de Negação de Área resultaram no moderno conceito A2/AD, produto que traduz a interpretação estadunidense de quais ações seus oponentes deveriam adotar para superar sua supremacia bélica, é o momento de avaliarmos seus elementos fundamentais visando identificar ou não semelhanças com o pensamento estratégico naval chinês.

Conforme Tangredi (2013), há cinco elementos comuns que ao longo da história foram determinantes por tornarem a adoção das posturas Antiaccesso e Negação de Área

²⁵ Do original em inglês *Joint Operational Access Concept*.

²⁶ *Antiaccess. Those capabilities, usually long-range, designed to prevent an advancing enemy from entering an operational area. Area-Denial. Those capabilities, usually of shorter range, designed not to keep the enemy out but to limit his freedom of action within the operational area.*

escolhas estratégicas lógicas por parte de um Estado.

A **percepção da superioridade estratégica** da força atacante usualmente motiva o defensor a focar suas capacidades no Antiacesso e na Negação de Área como formas primárias de defesa. Caso não haja tal percepção, como no caso em que a força atacante possa ser neutralizada ou destruída através do engajamento entre forças, impedir o oponente de adentrar em determinada área ou espaço marítimo pode ser considerado um facilitador operacional, mas não uma necessidade imprescindível. Sem a sensação de inferioridade, um decisor racional poderia optar por uma postura ofensiva, tendo em vista que o emprego de seus recursos militares poderia se dar a fim de combater a força oponente (TANGREDI, 2013).

O segundo elemento fundamental identificado é a **primazia da geografia**. Sendo um aspecto de grande influência nos fatores operacionais tempo e espaço, é o principal fator permanente a ser utilizado. Terrenos montanhosos, passagens estreitas, características litorâneas (rochedos, baías e altos fundos), podem favorecer o potencial defensivo. Historicamente, observa-se que territórios que possuem barreiras naturais, como cordilheiras, são menos sujeitos a invasões que fronteiras com planícies planas (TANGREDI, 2013).

O terceiro elemento mencionado, a **predominância do domínio marítimo**, decorre do fato de o moderno conceito A2/AD ter suas raízes na busca pelo livre acesso global aos espaços marítimos, pelas marinhas da OTAN, ao longo do período da Guerra Fria. De acordo com Tangredi (2013), a atuação em espaços marítimos ampliados, ou seja, a possibilidade do posicionamento de forças navais completas nas proximidades das costas oponentes, é a maior vantagem que uma força atacante pode obter. Em contrapartida, negar à força adversária o acesso aos espaços marítimos próximos ao seu litoral é um fator dominante para o sucesso de uma campanha Antiacesso.

A despeito de ser considerada relevante em todo tipo de guerra, na era das

informações digitais, a **criticidade das informações** - quarto elemento - é ainda mais importante na defesa de um Estado que, fazendo uso da estratégia A2/AD, deseja conter a aproximação de forças superiores. Assim, a negação de informações ou a sua disponibilização com o intuito de ludibriar o adversário, dificultando ou induzindo o processo decisório do oponente ao erro, podem alterar a distribuição de forças em um conflito (TANGREDI, 2013).

O último elemento fundamental, o **impacto de eventos extrínsecos**, se refere a ocorrências não relacionadas ao conflito em si, mas que podem exercer direta influência sobre as forças oponentes. Esse elemento não necessariamente se relaciona com esforços da campanha militar – a mobilização da opinião pública internacional, o atingimento do moral da população civil ou a provocação de uma instabilidade política interna –, mas pode repercutir no nível político do oponente, permitindo ao Estado (que se perceba militarmente inferior) atingir seus objetivos (TANGREDI, 2013).

Conceitualmente, a estratégia A2/AD visa impedir o oponente de penetrar em uma região de interesse ou limitar a sua liberdade de ação dentro desta região (KREPINEVICH, 2010). Assim, não requer, obrigatoriamente, uma contraofensiva, mas sim a desistência do oponente, via de regra, por eventos extrínsecos.

4.2 MEIOS NECESSÁRIOS AO ATINGIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA A2/AD

Após identificarmos as raízes históricas e os elementos fundamentais da estratégia A2/AD, passaremos a abordar os principais meios e ações necessários à sua consecução.

Caso a opção estatal seja pelo emprego da estratégia A2/AD para impedir a aproximação do oponente ao TO ou para negar a sua liberdade de ação dentro da área a ser

defendida, deve-se iniciar priorizando as seguintes ações: ataques cibernéticos em massa (sem permitir atribuição de origem) às infraestruturas locais do oponente ou de seus aliados; lançamento e posicionamento de armas antisatélite ASAT²⁷ para destruir ou neutralizar satélites inimigos; utilização de sistemas que utilizem ASAT para comprometer os sistemas C4ISR oponentes; implementação de despistamento estratégico, operacional e tático; emprego de meios navais de superfície além dos espaços marítimos litorâneos; utilização de aviação de patrulha de longo alcance, de barreiras submarinas e de santuários com bloqueadores de GPS (Sistema de Posicionamento Global) (TANGREDI, 2013).

Para implementar tais ações, o Estado deverá dispor dos seguintes meios e capacidades: ASAT cinéticas e não cinéticas; veículos lançadores de satélites e infraestrutura de vigilância espacial; capacidade de realizar guerra eletrônica e cibernética; sistemas de reconhecimento e vigilância de longo alcance; variadas plataformas lançadoras de mísseis balísticos e de cruzeiro (navios, aeronaves, submarinos e carros); submarinos convencionais e nucleares armados com torpedos e com os mísseis já mencionados; minas navais e um sistema de defesa aéreo moderno e integrado (TANGREDI, 2013).

Ao observarmos as capacidades necessárias, percebemos que uma grande parcela está relacionada ao Poder Naval de um Estado, corroborando o que afirmava Tangredi (2013). Como anteriormente citado neste trabalho, a expansão da influência da RPC e reestruturação da PLAN demonstram progressivamente o incremento de capacidades que, até o ano de 2049, superarão as capacitações necessárias para a realização da estratégia A2/AD. A iniciativa OBOR, a infraestruturação portuária em diversos Estados do continente Africano, a construção do terceiro navio aeródromo, o crescimento numérico dos meios

²⁷ Armas projetadas para destruir ou limitar satélites para fins militares, como minar os centros de comando e controle das forças armadas oponente (BLATT, 2022).

anfíbios da PLAN, a militarização de recifes no MSC e a construção de uma base militar no Djibouti são exemplos que sinalizam uma gradual redução da identificação com a estratégia citada – a qual pressupõe a percepção estatal de inferioridade estratégica, buscando atingir seus objetivos impedindo o acesso do oponente ou limitando a sua liberdade de ação, de forma a retardá-lo até a ocorrência de um evento extrínseco – e maior aderência à lógica dos preceitos Mahanianos, já que a simples negação de acesso à Força oponente não garantiria a segurança do próprio comércio marítimo nem possibilitaria o expansionismo para a posse de colônias.

Por outro lado, a marinha estadunidense, reforçada pelos meios navais aliados, ainda é capaz de exercer o CAM nos arredores da RPC, o que reforça a percepção da superioridade estratégica estadunidense e a identificação com a estratégia A2/AD de Tangredi.

5 CONFRONTO ENTRE A ESTRATÉGIA CLÁSSICA MAHANIANA E A ESTRATÉGIA DA RPC

Nesse capítulo apresentaremos uma comparação entre a teoria clássica Mahaniana e a estratégia contemporânea adotada pela RPC, visando observar os pontos de aderência entre as duas no contexto temporal do Século XXI. Adicionalmente, verificaremos se a estratégia contemporânea da RPC, denominada estratégia A2/AD pelos estadunidenses, identifica-se com esse conceito.

É inegável que a doutrina segura de Mahan, que influenciou ex-Presidentes estadunidenses, exerceu forte influência nos líderes chineses.

Primeiramente, sua teoria do Poder Marítimo enfatizava como aspectos centrais o livre acesso ao mar e o controle das LCM de interesse. Comparando-se com a RPC, observa-se que o reposicionamento estratégico da PLAN teve por fim atingir objetivos que compreendiam esses aspectos. A concepção estratégica “*far seas operations*” concedia à PLAN o livre acesso ao mar e o controle do seu tráfego marítimo por meio do alargamento do seu espaço operacional, que passava a compreender os espaços marítimos adjacentes e mesmo posteriores à Segunda Cadeia de Ilhas, uma imensidão que ia do Noroeste do Pacífico ao estreito de Makassar na Indonésia.

Complementando a sua teoria do Poder Marítimo, destacamos o seu entendimento sobre a necessidade do Estado possuir um Poder Naval forte com as responsabilidades de garantir o uso do mar (por meio da destruição das forças navais oponentes) e de atuar como um instrumento de uso político do Estado, visando a expansão de sua influência.

Nesse sentido, observamos o planejamento da PLAN de se tornar uma marinha global até o ano de 2049. Atualmente já é a marinha mais numerosa do mundo, abarcando

uma Força de Superfície multipropósito, meios anfíbios com capacidade expedicionária, três navios aeródromos e uma força de submarinos em modernização. Essas capacidades, no entanto, ainda não impediriam o Poder Naval estadunidense de realizar o controle do mar, ainda que de forma temporária, nas suas adjacências.

A postura empreendida no “*nine-dash line*”, onde pratica ações de patrulhamento e fustigamento, tem a clara intenção de resguardar suas LCM no MSC. Adicionalmente, entendemos que a militarização de ilhas e recifes no MSC (ANEXOS C e D) e a criação de uma base militar no Golfo de Áden, Djibouti, tem por fim não somente a defesa de sua soberania no MSC, mas também a extensão de sua esfera de influência até o chifre da África. A criação dessa base, e de tantas outras infraestruturas portuárias no continente Africano, está relacionada à capacidade do seu Poder Naval e, conseqüentemente, à capacidade do seu Poder Marítimo em atuarem como ferramentas do Estado chinês para a expansão de sua influência.

Entendemos, assim, que tais iniciativas militares e não militares realizadas pela RPC e pela PLAN após o ano de 2005, moldura temporal dessa monografia, sugerem forte aderência à teorização Mahaniana.

Para os períodos anteriores, especialmente aqueles anteriores ao ano de 1980, não são observados os argumentos mencionados nesse confronto. Ao contrário, verificava-se a PLAN restrita à Primeira Cadeia de Ilhas com uma concepção estratégica de defesa costeira.

Assim, concluímos que a estratégia naval chinesa apresenta aderência à teorização Mahaniana somente a partir do Século XXI, quando passa a adotar a “*far seas operations*”.

Como singularidade à sua teoria, observamos que Mahan, como um teórico do Século XIX, não anteviu o progresso tecnológico e a série de inovações que se seguiram ao longo dos Séculos XX e XXI, como: ASAT, desenvolvimento da tecnologia da informação e

inteligência artificial, mísseis de longa distância, posicionamento por GPS, ambiente espacial e cibernético, entre outras inovações que não fazem parte de suas teorizações.

A análise dos fins, meios e métodos da *“far seas operations”* nos permite concluir que a PLAN vem avançando crescentemente rumo às águas azuis e atualmente possui capacidades que a classificam como uma marinha de segundo nível²⁸, aspirando se tornar uma marinha global até 2049. Quando comparado aos períodos anteriores (as décadas de 1980 e 1990), o atual avanço rumo às águas azuis é acompanhado, principalmente após o ano de 2005, de uma redução da percepção de superioridade estratégica de seus possíveis oponentes. Entretanto, a presença de uma potência militarmente superior (estadunidense) na região impede o total distanciamento da estratégia naval chinesa dessa percepção. Dessa maneira, nos dias atuais, ainda é aderente ao primeiro elemento fundamental de Tangredi, justificando a adoção da estratégia A2/AD.

O específico termo “Primeira Cadeia de Ilhas”, utilizado por Pequim para vincular o teatro operacional da PLAN até o início do Século XXI, aponta a primazia da geografia e, especialmente, a de sua componente marítima na ótica do problema militar da RPC.

Assim, atuar em espaços marítimos afastados, como faz na atualidade, mantém a predominância do domínio marítimo (terceiro elemento fundamental), mas significa vencer a Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas, diminuindo a influência do fator geográfico apontado por Tangredi como o segundo elemento fundamental a justificar a adoção da estratégia A2/AD.

A negação de informações pela força defensiva e a busca por adquirir informações da força atacante oponente, visando conhecer sua posição e sua intenção de manobra, são a

²⁸ Marinhas de Primeiro Nível ou Globais dispõem de todas as categorias de armamentos e de equipamentos existentes, e estão aptas a cumprir todas as funções de dissuasão. Atualmente só a marinha estadunidense preenche todas essas condições. Marinhas de Segundo Nível possuem capacidades globais e presença reduzida em todos os oceanos. Na época da tradução, foram consideradas de Segundo Nível as marinhas Russa, Francesa e da Grã-Bretanha. (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

essência do quarto elemento fundamental. Atualmente a PLAN possui a capacidade de operar nos ambientes espacial e cibernético a fim de negar suas informações e atingir os objetivos do quarto elemento. Identifica-se, assim, um ponto comum com a teorização de Tangredi.

O último elemento, ou impacto de eventos extrínsecos, está relacionado ao primeiro (a percepção de superioridade estratégica da força oponente) na medida em que, ao se identificar como inferior estrategicamente, a força defensiva que faz uso do A2/AD tem como objetivo principal não a vitória no teatro de operações, mas a desistência da força atacante em razão desses eventos. Dessa forma, como analisado no primeiro elemento, percebe-se que a PLAN, com o passar dos anos, vem gradualmente adquirindo capacidades que permitem o enfrentamento no mar de marinhas de segundo e terceiro níveis. No entanto, ao ser comparada com a marinha estadunidense, ainda é dependente da ocorrência desses eventos, o que reforça a impressão da manutenção da percepção de superioridade estratégica oponente, aproximando-se da teorização de Tangredi.

Após confrontarmos os cinco elementos fundamentais de Tangredi e a evolução da estratégia naval chinesa até o momento presente, observamos a total aderência dessa última aos seus postulados.

Apesar do abandono da restrição operacional limitada à Primeira e à Segunda Cadeia de Ilhas, e do afastamento em relação à postura defensiva, não se pode afirmar que o reposicionamento estratégico da PLAN, ainda em andamento, significou o distanciamento da percepção de inferioridade estratégica e a independência dos eventos extrínsecos. Da mesma forma, a presença de um Poder Naval superior nas suas cercanias é aderente ao elemento “predominância do domínio marítimo”, tendo em vista que o mar continua a representar uma vulnerabilidade.

Logo, podemos concluir que a PLAN avançou progressivamente a partir de 1980 e

de forma mais incisiva desde 2005. Seu planejamento de se tornar uma marinha global até o ano de 2049 acarretará, muito provavelmente, o encerramento da hegemonia naval estadunidense e conseqüentemente o fim da percepção de superioridade estratégica dos EUA. Dessa maneira, deixariam de existir no futuro os elementos fundamentais descritos por Tangredi, que atualmente sustentam a aderência entre a estratégia naval chinesa e a estratégia A2/AD, o que reforça a percepção desse conceito ser uma concepção transitória relacionada ao seu Poder Naval.

Dessa forma, na moldura temporal em análise, encontramos a plena aderência entre o conceito A2/AD e a estratégia adotada pela PLAN.

Encerramos essa comparação concluindo que a PLAN, dentro da moldura temporal em análise, avança em consonância com o objetivo político e estratégico da RPC, de maneira a alcançar a liderança global e modernizar sua sociedade até o ano de 2049. A estratégia da RPC, apesar de incorporar inovações tecnológicas não vislumbradas por Mahan, representa uma interpretação contemporânea e personalizada da Teoria do Poder Marítimo de Mahan.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa pesquisa sobre a RPC pelo “sonho chinês”, expressão cunhada no ano de 2012 pelo atual presidente Xi Jinping, que tem as sementes na transformação sócio-econômica de Deng Xiaoping, responsável pela reorientação da RPC para um modelo de desenvolvimento nacional que adotava a economia marítima, seu Poder Marítimo e Naval como elementos chave.

Dessa maneira, o reposicionamento estratégico de emprego da PLAN, ainda em andamento atualmente, não pode ser compreendido isoladamente, mas sim de forma a acompanhar as tendências do pensamento político. A partir do final do Século XX, após a compreensão da importância do mar como uma fonte de riquezas para atingir o desenvolvimento almejado, a RPC, gradualmente, fomentou o seu Poder Marítimo e enxergou a necessidade de se tornar uma potência naval.

Outro aspecto que reforçou essa necessidade de reposicionamento da PLAN foi a identificação de que suas atuais ameaças vêm dos mares, o que conduziu a alteração de sua estratégia naval que, antes dedicada a uma defesa apenas da costa, hoje, para se adequar ao seu novo *status* de segunda maior economia do mundo, investe em meios navais que possam operar em espaços marítimos longínquos, capazes de projetar poder e realizar a presença naval.

Entendemos que o conceito Mahaniano da prosperidade do Estado depender do seu comércio marítimo, derivando na necessária proteção a este comércio, guiou fortemente o desenvolvimento nacional da RPC e o reposicionamento estratégico da PLAN. Concorre para reforçar a aderência à teoria de Mahan, a postura contemporânea adotada pela PLAN desde o ano de 2005 no MSC, onde reivindica completa soberania e jurisdição sobre o “*nine-dash*

line”, adotando ações que podem ser consideradas ofensivas, embora de menor potencial, contra os Estados vizinhos, além da militarização de ilhas e recifes.

Um ponto de similitude entre sua teoria e a adotada pela RPC, mas de forma adaptada aos dias atuais, é o estabelecimento de bases e infraestruturas portuárias no continente Africano. Mahan reforçava, por meio da trindade Mahaniana, a posse de colônias.

Nesse sentido, a RPC, ao construir uma base militar no Djibouti, representando um enclave seu no acesso ao Mar Vermelho e conseqüentemente ao Canal de Suez, e ao desenvolver infraestruturas portuárias de uso comercial e militar em quase todos os Estados do continente Africano, garante não só o acesso às trocas comerciais com os mercados locais, mas também a expansão da esfera de influência do seu Poder Naval, do seu Poder Marítimo e do próprio Estado.

No que se refere às singularidades, apontamos o desenvolvimento tecnológico e a penetração do Poder Naval em todos os ambientes de guerra no Século XXI, com destaque para o cibernético e o espacial que multiplicaram as suas possibilidades de emprego. Obviamente, tais capacidades não poderiam ser previstas no Século XIX.

Concluimos que o reposicionamento estratégico da PLAN, contando atualmente com a força naval mais numerosa do mundo e tecnologicamente atualizada, corresponde a mais um passo em direção a se tornar uma marinha global com capacidade de realizar presença naval em espaços marítimos longínquos além da Segunda Cadeia de Ilhas. Tal percepção parece ser muito semelhante à estadunidense, que, visando se contrapor a esse movimento que classifica como ameaça, vem transferindo um grande percentual de sua esquadra para o Pacífico, assim como seus meios mais modernos.

Assim, após a análise realizada, nossa percepção é de que a estratégia naval chinesa contemporânea, apesar de fortemente influenciada pelos conceitos teóricos de

Mahan, apresenta singularidades que a personalizam. Dessa forma, a aderência com a Teoria do Poder Marítimo de Mahan é parcial.

No estudo, verificamos a aderência entre a estratégia naval A2/AD e a atualmente praticada pela RPC. A percepção da superioridade estratégica da força oponente, o predomínio do domínio marítimo e o impacto de eventos extrínsecos, são elementos fundamentais de Tangredi que, apesar de virem se distanciando da estratégia naval chinesa com o processo de reposicionamento da PLAN, atualmente ainda são percebidos.

A análise do Livro Branco de Defesa Nacional de 2015, da RPC, revela que a adoção do conceito estratégico da “*far seas operations*” significou um ponto de inflexão para a PLAN, que a partir de 2005 e de forma mais intensa a partir de 2015, deixou para trás o conceito de defesa costeira e reduziu a percepção de inferioridade estratégica, formalizando o início da transição para uma marinha global de águas azuis, objetivo a ser atingido até o ano de 2049. Como já mencionado neste trabalho, a PLAN vem investindo em meios navais que podem ser empregados em uma estratégia A2/AD, como a construção do seu terceiro navio aeródromo e a ampliação de sua força anfíbia, mas que estão diretamente relacionados à projeção de poder.

Dessa forma, concluímos que, ao atingir o *status* de marinha global, até o ano de 2049, a aderência entre a estratégia naval chinesa e o conceito estadunidense A2/AD deixará de existir. Entretanto, atualmente, ainda se verifica a aderência.

Outrossim, concluímos pela aderência parcial entre a estratégia naval chinesa e a estratégia naval clássica Mahaniana em razão da singularidade e da adaptabilidade para os dias atuais, ambos apresentados nesse capítulo.

À vista disso, faz-se mister ressaltar que o mencionado ponto de inflexão para a PLAN representa um duplo movimento: a partir desse momento, em consequência dos

motivos apresentados no capítulo anterior e nessas considerações finais, percebe-se um gradual crescimento da aderência aos postulados Mahanianos ao mesmo tempo em que se observa a redução da aderência aos elementos fundamentais de Tangredi e consequentemente a diminuição da aderência à estratégia A2/AD.

Finalizando o estudo, entendemos que apesar de caminhar para o distanciamento em relação aos elementos fundamentais de Tangredi, a PLAN mantém, ainda hoje, a aderência ao conceito A2/AD, o que se soma à aderência parcial observada entre a estratégia naval chinesa e a estratégia naval clássica Mahaniana, nos permitindo concluir, como resposta à questão de pesquisa, que a estratégia naval chinesa sob a ótica do A2/AD ainda é parcialmente aderente à estratégia naval clássica Mahaniana.

Adicionalmente, vimos que as premissas adotadas pelo conceito estadunidense auxiliam a compreensão da PLAN dentro de um viés holístico em uma moldura temporal menos específica, ressaltando que raramente uma teoria expressará toda a realidade sem singularidades.

Por último, após verificarmos as semelhanças e singularidades entre a estratégia naval chinesa no Século XXI e a estratégia naval clássica Mahaniana, assim como a verificação da correspondência entre essa primeira e o conceito moderno A2/AD, acreditamos que o propósito desta pesquisa tenha sido atingido.

Assim, sugerimos como futura linha de pesquisa a verificação da possibilidade do emprego do conceito A2/AD pelo Brasil em um possível conflito envolvendo seus espaços marítimos soberanos, mas não reconhecidos por potências superiores estrategicamente.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. **Expansão comercial da China**: a nova rota da seda e o Brasil [Le Monde Diplomatique, 2017]. Disponível em: https://diplomatie.org.br/19184190_1370296073019263_285623279_n/. Acesso em: 25 jun. 2022.

ALMEIDA, F. E. A. Alfred Thayer Mahan: o homem (I) - **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n. 04/06, p. 147-174, abr./jun. 2009.

AMTI, Occupation and Island Building. **ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE**, Mar. 2022. Disponível em: <https://amti.csis.org/island-tracker/china/> Acesso em: 25 jun. 2022.

BLATT, Talia M. Anti-satellite weapons and the emerging space arms race. **HIR - Harvard International Review**, May 2020. Disponível em: <https://hir.harvard.edu/anti-satellite-weapons-and-the-emerging-space-arms-race/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BOSE, Himadri. Influence of Alfred Tayer Mahan on japanese maritime strategy. **Journal of Defense Studies**, [S. l.], v. 14, n. 1-2, p. 49-68, Jan./June 2020.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: doutrina militar naval. 1. Rev. Brasília, DF, 2017.

COLE, Bernard. **China's quest for great power**: ships, oil, and foreign policy. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2016. 306 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. Tratado de estratégia. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. *Joint operational access concept*. Washington, D.C.: 2012. 64 p. Disponível em: https://dod.defense.gov//Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

_____. Office of Naval Intelligence. **The PLA Navy**: new capabilities and missions for the 21st century. Washington, DC: Office of Naval Intelligence, 2015. 50 p. Disponível em: <https://nuke.fas.org/guide/china/plan-2015.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022

_____. Department of Defense. **Annual Report to Congress: military and security developments involving the people's republic of China**. Washington, D.C.: 2021. 192 p. Disponível em: <https://media.defense.gov>. Acesso em: 26 jun. 2022.

_____. Congressional Research Service. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress**. Washington, D.C.: 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/RL33153.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GAO, Zighuo; JIA, Bing Bing. The nine-dash line in the South China sea: history, status, and implication. **The American Journal of International Law**, v. 107, n. 1, p. 98-124, Jan. 2013.

HOLMES, James. R.; YOSHIARA, Toshi. **Chinese naval strategy in the 21st century: the turn to Mahan**. Abingdon: Routledge, 2008. 180 p.

HOLMES, James. R.; YOSHIARA, Toshi. **Red star over the Pacific : China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy**. Maryland: Naval Institute Press, 2018. 376 p.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Caldron: the South China and the end of a stable Pacific**. New York: Random House, 2014. 212 p.

KARDON, Isaac. **(In) Roads and Outposts: critical infrastructure in China's Africa Strategy. China's Ports in Africa**. Washington: The National Bureau of Asian Research, 2022. 98 p.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. 40 p.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the anti-access and area-denial challenge**. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 93 p. Disponível em: <https://csbaonline.org/uploads/documents/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LI, Nan. The evolution of China's naval strategy and capabilities: from “near coast” and “near seas” to “far seas”. **Asian Security**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 144-169, 2009. DOI: 10.1080/14799850902886567. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799850902886567?journalCode=fasi20>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history: 1660-1783**. New York: Dover Publications, 1890. 557 p.

MOURA, José Augusto Abreu de. **A estratégia naval brasileira no pós-guerra fria: uma análise comparativa com foco em submarinos**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.

NASCIMENTO, L. G.; MAYNETTO, M. E. One belt, one road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no BRICS. **Brazilian Journal of International Relations**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2019. Quadrimestral.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Livro Branco de Defesa, Título original: China's Military Strategy. Beijing, CN: The State Council Information Office of the People's Republic of China, May 2015.

_____. CHINA'S economic development in 40 years. 2022. Elaborada por chinadaily.com.cn. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/chinaachievement40years/>. Acesso em: 20 maio 2022.

RIBEIRO, Antônio S. Mahan e as marinhas como instrumento político. **Revista Militar**, Lisboa, v. 1, n. 2500, p. 465-483, maio 2010.

SEN, Ankita. South China sea: Beijing has a major natural advantage in the geopolitical power game. **The Economic Times**, June 2020. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/south-china-sea-beijing-has-a-major-natural-advantage-in-the-geopolitical-power-game_ Acesso em: 10 jul. 2022.

SÖNNICHSEN, N. Oil consumption in China from 1998 to 2021. **STATISTA**, July 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/265196/oil-production-in-china-since-1998-in-barrels-per-day/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SPROUT, Margaret Tuttle. Mahan: evangelist of sea power. In: ALMEIDA, F. E. A. Alfred Thayer Mahan: o homem (I) - **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n. 04/06, p. 147-174, abr./jun. 2009. p. 147.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare: countering A2/AD strategies**. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2013. 300 p.

TRITLE, Matthew C. **The growth of the chinese people's liberation Army Navy: impacts and implications of regional naval expansion**, 2007. Thesis - Naval Postgraduate School, Monterrey, USA, 2007.

VAN TOL, Jan M. *et al.* **Air sea battle**: a point-of-departure operational concept. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. 123 p.

VEGO, Milan. O schwerpunkt de Clausewitz mal traduzido do alemão, mal entendido em inglês. Rio de Janeiro. **A Defesa Nacional**, [S. l.], n. 812, p. 47-60, 2008.

VIOLANTE, Alexandre R. A teoria do poder marítimo de mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223 – 260, jan./jun. 2015.

XAVIER, A.T. Poder naval: navio de assalto anfíbio chinês LHD classe 075. **Tito - Geopolítica**, jan. 2021. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/poder-naval-navio-de-assalto-anfibio-chinês-lhd-classe-075>. Acesso em: 4 jul. 2022.

XAVIER, A. T. A estrela vermelha: o crescimento da marinha chinesa e os seus impactos geopolíticos. **Tito - Geopolítica**, set. 2020. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/a-estrela-vermelha-o-crescimento-da-marinha-chinesa-e-os-seus-impactos-geopolticos>. Acesso em: 4 jul. 2022.

ANEXO A



Figura 1 – Representação das localidades do continente Africano favorecidas com a construção de portos, infraestrutura portuária ou financiamentos e investimentos voltados para esse fim.

Fonte: KARDON, 2022.

ANEXO B

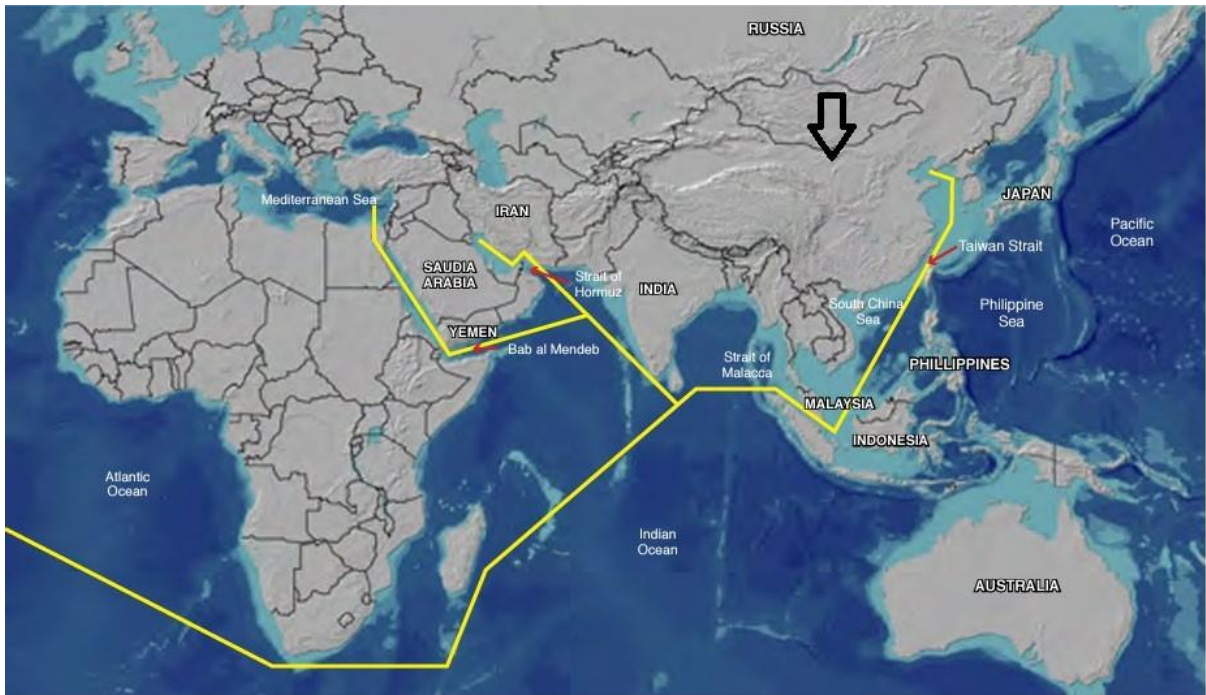


Figura 2 – Representação do território chinês - indicado pela seta negra - posicionado em meio as maiores Linhas de Comunicações Marítimas mundiais.

Fonte: EUA, 2015.

ANEXO C



Figura 3 – Construção de aeródromo e militarização na Ilha Woody, no MSC.
Fonte: AMTI, 2022.



Figura 4 – Construção de aeródromo e militarização do Recife Subi, no MSC.
Fonte: AMTI, 2022.

ANEXO C



Figura 5 – Construção de aeródromo e militarização do Recife Mischief , no MSC.
Fonte: AMTI, 2022.



Figura 6 – Construção de aeródromo e militarização do Recife Fiery Cross , no MSC.
Fonte: AMTI, 2022.

ANEXO E

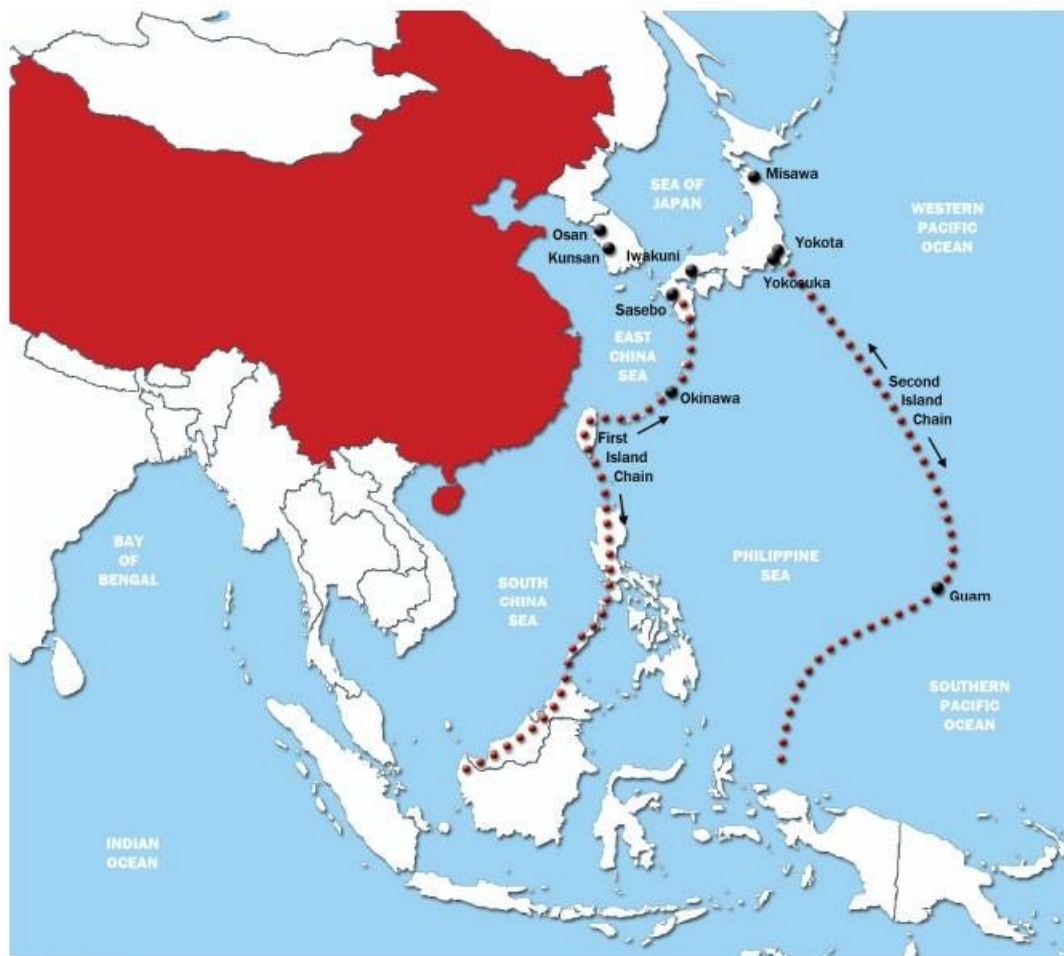


Image: CSBA

FIGURA 7 – As duas cadeias de ilhas e as maiores bases dos EUA no Pacífico Ocidental.
 Obs: A Força Aérea estadunidense opera no Japão - nas bases aéreas de Misawa (Prefeitura de Aomori) e Kadena (Prefeitura de Okinawa) – e na Coreia do Sul, onde opera nas bases aéreas de Osan e Kunsan. A cidade de Yokosuka (Prefeitura de Kanagawa) é sede da 7ª esquadra estadunidense.

Fonte: VAN TOL *et al.*, 2010, p. 13.

ANEXO F

TABELA 1 Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005

Table 1. Numbers of Certain Types of Chinese and U.S. Ships Since 2005
 Figures for Chinese ships taken from annual DOD reports on military and security developments involving China for the years 2005-2021

Year of DOD report	SSB	SSN	SS	CV	CG	DD	FF	FFL	PC	LST/LPD	LSM	Total PLAN ship types shown to right	CCG	U.S. total	U.S. vs. PLAN ship types shown
2005	1	6	51	0	0	21	43	0	51	20	23	216	n/a	291	+75
2006	1	5	50	0	0	25	45	0	45	25	25	221	n/a	282	+61
2007	1	5	53	0	0	25	47	0	41	25	25	222	n/a	281	+59
2008	1	5	54	0	0	29	45	0	45	26	28	233	n/a	279	+46
2009	2	6	54	0	0	27	48	0	70	27	28	262	n/a	282	+20
2010	2	6	54	0	0	25	49	0	85	27	28	276	n/a	285	+9
2011	2	5	49	0	0	26	53	0	86	27	28	276	n/a	288	+12
2012	2	5	48	0	0	26	53	0	86	28	23	271	n/a	284	+13
2013	3	5	49	1	0	23	52	0	85	29	26	273	n/a	287	+14
2014	3	5	51	1	0	24	49	8	85	29	28	283	n/a	285	+2
2015	4	5	53	1	0	21	52	15	86	29	28	294	n/a	289	-5
2016	4	5	57	1	0	23	52	23	86	30	22	303	n/a	271	-32
2017	4	5	54	1	0	21	56	23	88	34	21	317	185	275	-42
2018	4	5	57	1	0	28	51	28	86	33	23	306	240	279	-27
2019	4	6	50	1	0	33	54	42	86	37	22	335	248	286	-49
2020	4	6	46	2	1	32	49	49	86	37	21	333	255	296	-37
2021	6	9	56	2	1	32	48	51	86	57		348	223	296	-52
2021: change since 2005	+5	+3	+5	+2	+1	+11	+5	+51	+35	+14		+132	n/a	+5	-127

Source: Table prepared by CRS based on 2005-2021 editions of annual DOD report to Congress on military and security developments involving China (known for 2009 and prior editions as the report on China military power), and (for U.S. Navy ships) U.S. Navy data as presented in CRS Report RL32665, *Navy Force Structure and Shipbuilding Plans: Background and Issues for Congress*, by Ronald O'Rourke.

Key to abbreviations: n/a = data not available in annual DOD report. **SSB** = ballistic missile submarines. **SSN** = nuclear-powered attack submarines. **SS** = diesel attack submarines. **CV** = aircraft carriers. **CG** = cruisers. **DD** = destroyers. **FF** = frigates. **FFL** = corvettes (i.e., light frigates). **PC** = missile-armed coastal patrol craft. **LST** = amphibious tank landing ship. **LPD** = amphibious transport dock ship. **LSM** = amphibious medium landing ship. (The 2021 edition of the annual DOD report showed a combined figure for LST/LPD and LSM.) Column for **Total PLAN ship types shown to right**, which shows what might be thought of as the principal combat ships of China's navy, does not include other PLAN ship types not shown to right, such as auxiliary and support ships. **CCG** = China Coast Guard ships. **U.S. total** = Total U.S. Navy battle force ships, which includes auxiliary and support ships but excludes patrol craft. **U.S. vs. PLAN ship types shown** = total U.S. Navy battle force ships compared to the column for **Total PLAN ship types shown to right**.

Fonte: EUA, 2022, p. 7.